



As Considerações do Jornalista Vladimir Herzog para a TV Cultura em 1975¹

Jemima Bispo de JESUS²

Gilze BARA³

Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

Resumo

Em 1975, o jornalista Vladimir Herzog assumiu a direção do telejornalismo da TV Cultura, antevendo a possibilidade de colocar em prática a ideia de responsabilidade social inerente às práticas do jornalismo em emissoras públicas. Neste artigo analisamos a constituição da emissora durante o regime militar e sua conseqüente contradição: ser uma fundação criada pelo Governo, financeiramente dependente dele, que devia, por outro lado, possuir autonomia intelectual, administrativa e editorial. Fazemos uma reflexão sobre o projeto do jornalista denominado “Considerações Gerais sobre a TV Cultura”, em que ele apontava as carências e sugeria possíveis mudanças na programação.

Palavras-Chave: TV Cultura; TV pública; Vladimir Herzog; Ditadura Militar

Para começar

Enfrentar uma reflexão acerca do jornalismo televisivo em emissoras públicas, descortinando a trajetória do jornalista Vladimir Herzog⁴ e recuperando a história da TV Cultura é, sem dúvida alguma, colocar-se diante de uma empreitada bastante difícil, mas, ao mesmo tempo, muito estimulante. Partindo do pressuposto de que, emissoras públicas só se justificam se baseadas na ideia da independência, o que implica apartidarismo radical e distanciamento em relação aos governos e ao poder econômico,

¹ Trabalho apresentado no Intercom Jr do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 28 a 30 de junho de 2012

² Graduada em Comunicação Social/ Jornalismo pelo CES/JF e aluna especial do mestrado na FACOM- UFJF

³ Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora e Professora do curso de Comunicação Social do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora; e-mail: gilze.bara@pjf.mg.gov.br

⁴ Nasceu na cidade de Osijek, Croácia, em 27 de junho de 1937. Seus pais eram judeus e vieram para o Brasil em 1946 fugindo da perseguição anti-semita na II Guerra Mundial.



podemos afirmar que as considerações propostas por Herzog foram um passo importante do jornalismo em direção à responsabilidade social.

Apesar do projeto ter sido sucumbido mediante a trágica morte do jornalista, seus preceitos cumpriram dignamente o compromisso com a educação e a informação jornalística objetiva, crítica e equilibrada, com foco no cidadão, segundo padrões não comerciais e apolíticos. Acima de tudo, cumpriu o compromisso com o direito à informação e à comunicação de que todo ser humano é titular.

Gênese da radiodifusão no Brasil

A história da radiodifusão no Brasil, desde seus primórdios, foi marcada pela prevalência dos interesses do mercado em detrimento do interesse público. Essa característica é percebida nos processos de consolidação do rádio e, mais tarde, de formação da televisão. Assim, a experiência do rádio serviu como referência cultural, econômica e política para o nascimento da televisão.

A partir dessas breves referências históricas, podemos entender porque a televisão nasceu no Brasil como empreendimento comercial em 1950. A TV pública surgiu apenas 18 anos depois, em 1968, “quando a televisão já havia se firmado como o mais importante instrumento da indústria cultural brasileira”. (FILHO, 2000, p. 158). É imprescindível, dessa forma, traçar a diferenciação entre os sistemas predominantes de televisão. Em primeira instância, um serviço televisivo estatal significa igualmente que o Estado é o dono e o detentor do espectro de radiofrequências. Isto é, cabe ao Estado, através de uma legislação pertinente, determinar quem e em que condições podem esses operadores exercer a sua atividade, estipulando parâmetros em relação aos conteúdos mínimos de determinados gêneros na programação, ou quotas das mais diversas e outras obrigações a que estão sujeitos esses mesmos licenciados para exercer a atividade televisiva.

Como aponta Scorsim (2008), apesar de a Constituição diferenciar os sistemas de radiodifusão estatal e pública, na prática há a confusão conceitual entre os modelos. Ainda segundo o autor, a conceituação da televisão estatal deve estar vinculada à titularidade exclusiva e o controle do Estado sobre a programação. O núcleo de sua definição corresponde às ideias de competência estatal quanto à organização e prestação



do serviço de televisão por radiodifusão. Daí, a incompatibilidade entre a livre iniciativa e o sistema estatal.

Já o sistema de radiodifusão público possibilita a concretização dos direitos à educação e à cultura por intermédio das televisões educativas e, especialmente, no caso das televisões comunitárias, o exercício direto pelos cidadãos das liberdades de expressão e de comunicação social. Em outras palavras, o sistema público é o âmbito, por excelência, para a realização dos direitos sociais relacionados à educação e à cultura.

Para Bustamante (1976) o critério essencial para a caracterização da televisão pública é a independência diante do poder público, assegurada mediante a participação e o controle social, particularmente o poder de auto-organização interna com a indicação de seus administradores e, sobretudo, a nomeação de seu presidente, vedando-se que o chefe do Poder Executivo (seja presidente da República, seja governador do Estado) escolha o responsável pela direção da entidade. Em verdade, trata-se de uma verdadeira garantia constitucional de acesso dos cidadãos e dos grupos sociais ao meio de comunicação social consubstanciado na televisão por radiodifusão.

A TV Educativa, por sua vez, encontra-se, em sua grande maioria, no âmbito da estrutura das administrações públicas. Em função disso, elas estão sob a influência dos governos que procuram imprimir uma determinada visão ideológica quanto ao conteúdo da programação. Para evitar isto, faz-se necessária a independência dessas estações de televisão para se tornarem de fato, e de direito, televisões públicas não estatais, não vinculadas à esfera governamental. (REY, 2002, p.40).

A instituição da TV Cultura

Conhecendo as características dos modelos de TV instituídos no Brasil, partimos para a fundação da emissora na qual transcorreram o episódio concernente à presente pesquisa.

Em 1967 foi constituída a Fundação Padre Anchieta, FPA, responsável pela TV Cultura de São Paulo e ligada ao governo estadual. Logo de início, trocou a denominação de TV Educativa por TV Cultura, fazendo alusão ao canal que existia anteriormente. Mas a TV, embora tenha ficado isenta de qualquer influência publicitária, já que a lei proibia, devendo manter em relação ao governo estadual rígida



independência, teve grande controle ideológico do autoritarismo da época e não conseguiu fugir das regras do regime militar.

Em 1967, uma postura radical, antidemocrática e repressiva instalava-se no poder. Logo, em fevereiro, uma conveniente Lei de Imprensa foi aprovada pelo regime para conter a divulgação de ideias ou informações contrárias ao regime militar. (LIMA, 2008, p. 42).

No mesmo ano em que instituiu a FPA, o governador Abreu Sodré submeteu-a ao regime de direito privado para evitar interferências do poder público. Filho (1988) acredita que, em nome da autonomia, o governador criou um clube fechado, sobre o qual teria influência decisiva, sendo isso uma contrafacção autoritária do discurso liberal pregado.

A Fundação Padre Anchieta adotou como poder máximo um Conselho Curador formado por representantes de instituições públicas e privadas da sociedade paulista, inspirado no Conselho de Governadores da BBC de Londres. Com algumas limitações, se comparado ao seu inspirador, ainda assim o Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta é a principal barreira institucional às investidas do Estado e da iniciativa privada sobre as emissoras. [...] As limitações estão no fato de existirem no Conselho cadeiras vitalícias e de haver uma presença excessiva de representantes de órgãos estaduais. (FILHO, 2000, p. 159-160).

No discurso de inauguração da TV Cultura o primeiro presidente da FPA, como relembra Filho (1988), José Bonifácio Coutinho Nogueira, afirmou que a Fundação não teria nenhuma outra posição política que não fosse a de divulgadora dos postulados da democracia. Para ele, todas as formas de proselitismo seriam recusadas, voltando-se prioritariamente aos espíritos jovens de todas as idades e condições sociais. A filosofia de trabalho seria a busca da democratização do ensino e da cultura, oferecendo ao povo oportunidades, através de modernos métodos e processos de divulgação.

Contudo, o discurso não correspondia à prática. “O liberalismo retórico refere-se ao plano econômico que não tem correspondência na esfera política onde [...] a postura é conservadora”. (FILHO, 1988, p.23).

Um novo cenário político atingiu a TV Cultura em março de 1975, com a posse do novo governador do Estado, Paulo Egydio Martins, que propagava um governo mais liberal em relação ao antecessor. O novo governador propôs várias mudanças e encarregou um grupo de trabalho de estudar a comunicação social. Depois de apontar



graves defeitos na programação da TV Cultura, como indefinição de objetivos, desconhecimento do público a que se dirigia, amadorismo na escolha de temas e na própria realização dos programas e um elitismo que levava a baixa audiência, o grupo recomendou que ela fosse utilizada não apenas para divulgar atos e intenções do governo, mas para permitir sua discussão. (MARKUN, 2005, p.76).

O grupo contratado pelo governador Paulo Egydio para estudar a situação da TV Cultura em 1975, recomendou ainda a abertura de um canal de diálogo que permitisse à população manifestar aos governantes seus problemas, anseios, apreensões, queixas e sugestões. Para isso, era preciso reformular amplamente a emissora, em especial o setor de telejornalismo.

Na ocasião, o secretário da Cultura chamou o jornalista Vlado Herzog para uma conversa e se impressionou com a atitude do candidato, que se limitou a descrever seu currículo e suas ideias para o jornalismo da emissora. A contratação foi decidida, embora o chefe do escritório do Serviço Nacional de Informação (SNI)⁵ apontasse a ficha do jornalista como tendo registro de algumas “veleidades comunistas” na juventude.

Anteriormente, em 1972, Vladimir Herzog, que esteve com o jornalista Fernando Pacheco Jordão estagiando na BBC e trabalhando na TV Excelsior, recebeu o convite do então secretário de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia, José Mindlin, para dirigir o setor de jornalismo da FPA.

A vinda de Herzog para a TV Cultura era coerente com a postura de atrair os melhores profissionais e manter a excelência da programação. Mas Vlado tinha posições de esquerda, o que chocava frontalmente com a “linha dura” do regime que apertava o cerco contra a FPA. (LIMA, 2008, p.110).

Em 1974 quase toda a equipe de jornalismo foi demitida por ordem do palácio do governo, depois da transmissão de uma matéria sobre demissões de trabalhadores de uma empresa pesqueira, cujo proprietário era ligado ao chefe da Casa Civil do governo. (FILHO, 1988, p.54).

A chegada do Vlado, como era conhecido, já estava com esse ambiente preparado, coincidindo também com o momento político que o país vivia. Como afirma Lima (2008) o secretário de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia, José Mindlin, teve

⁵ Órgão criado pela lei nº. 4.341 em 13 de junho de 1964 com o objetivo de supervisionar e coordenar as atividades de informações e contra-informações no Brasil e exterior.



de ir a público defender a equipe de jornalismo da TV Cultura, acusada de fazer propaganda comunista em seus noticiários. As acusações vinham principalmente da Assembleia Legislativa Paulista, onde o deputado Wadih Helú afirmava que a Cultura fazia propaganda de comunismo em vez de promover o Governo do Estado.

Ao retornar à Cultura, Vladimir Herzog encaminhou ao presidente da FPA, ao secretário da Cultura e ao próprio governador um projeto chamado “Considerações Gerais sobre a TV Cultura”, que procurava responder ao desejo do governador de mudar a comunicação do governo e dar novo rumo ao jornalismo da emissora. (MARKUN, 2005, p. 78).

Sobre o retorno do jornalista à emissora, Fernando Pacheco Jordão, que também havia sido demitido em 1974, rememora:

Ele contava as dificuldades do trabalho, dificuldades políticas, principalmente. [...] E eu recomendava muito a ele ter paciência e, principalmente, eu dizia a ele: “Vlado, eu fiquei aí anos, anos, esperando para poder fazer um jornal e depois mais alguns anos tentando fazer uma coisa decente. Vai com calma...” E o Vlado era um sujeito muito sensato. (LIMA, 2008, p.117, apud, JORDÃO, 1975).

A sensatez do jornalista não era sinônimo de intimidação às pressões da época. Assim, nas duas primeiras semanas como Diretor de telejornalismo da TV Cultura, Vladimir Herzog formalizou suas primeiras propostas e encaminhou à assessoria administrativa da emissora, sendo que, as medidas foram logo aprovadas e colocadas em práticas.

O projeto de Vlado

Nos primeiros anos da emissora, a proposta elitista permaneceu hegemônica, convivendo apenas com esparsas tentativas populistas. A proposta popular só chegou a se explicitar em 1975, principalmente no telejornalismo, que compensou a carência de recursos materiais com a prática do jornalismo interpretativo. Como aponta Filho (1988), tratava-se de uma fórmula arrojada levando-se em conta o grau de censura imposto no início da década de 70 a toda a imprensa brasileira. “Primeiramente uma edição semanal chamada **Foco na Notícia** e depois um jornal diário, **Hora da Notícia**, deram um tratamento à informação, discutindo causas e efeitos do problema tratado”. (FILHO, 1988, p. 54).



Sobre esse assunto são esclarecedoras as palavras de Santos (2005):

Quando a TV Cultura passou a ter uma programação diurna, ela passou a emitir um telejornal na hora do almoço, no meio-dia, era o **Hora da Notícia 1ª Edição**, comandado pelo Fernando Pacheco Jordão. [...] era um telejornal totalmente diferente do que você vê hoje. Os recursos visuais eram pequenos. Então ele era baseado, embasado em muita pesquisa. (LIMA, 2005, p.101, apud, SANTOS, 2005).

O cineasta João Batista de Andrade (2010) descreveu os métodos de filmagem e de cobertura jornalística que foram desenvolvidos na TV Cultura ao longo de seu trabalho no **Hora da Notícia**. Tais métodos acabaram sendo adotados também na produção de documentários. Sobre eles afirma:

A visão que eu e Fernando Jordão tínhamos, era de uma democratização da tela e de interesse pelos reais problemas da sociedade, em contraposição a fantasias institucionais e à alienação dos noticiários até aquele momento. Isso implicava, como ocorreu no **Hora da Notícia**, na quebra de velhos hábitos, busca de uma visão independente e não oficial dos fatos, mudanças nos conceitos de autoridade na informação e uma nova eleição hierárquica da importância dos fatos e assuntos. (ANDRADE, 2010, p. 01. Disponível http://cincomeiasete.blogspot.com/2010_01_01_archive.html)

Diante da carência estrutural, Vladimir Herzog ponderou em seu projeto:

É preciso dotar o setor de jornalismo de recursos técnicos, financeiros e profissionais, para que alimente não só um telejornal diário, mas toda uma gama de programas, direta ou indiretamente, necessitados de trabalhos jornalísticos. (HERZOG, 1975).

Filho (1988) ratifica a afirmação, alegando que a prática desse tipo de jornalismo foi viável durante algum tempo em decorrência dos baixos índices de audiência da emissora e do jornalismo em particular. Mas as características peculiares desses telejornais acabaram atraindo a atenção da audiência e, conseqüentemente, daqueles que se sentiam incomodados com as denúncias ali formuladas.

Líder de audiência na Cultura, o telejornal abordava assuntos de ligação direta com o telespectador. O homem da rua era convidado a expor os seus problemas antes das autoridades. Sobre o caráter do jornal, Jordão (2011) lembra: "nossa preocupação



foi a de fazer um jornal de informação mesmo, e não com aparência de informação [...] com a ideia de selecionar [...] o que supúnhamos ser a necessidade de informação do público".

Entre os pontos do projeto proposto por Vlado, citamos ainda:

- Jornalismo em rádio e TV deve ser encarado como instrumento de diálogo, e não como um monólogo paternalista. Para isso, é preciso que espelhe os problemas, esperanças, tristezas, e angústias das pessoas as quais se dirige.
- Um telejornal de emissora do governo também pode ser um bom jornal e, para isso, não é preciso "esquecer" que se trata de emissora do governo. Basta não adotar uma atitude servil. (HERZOG, 1975).

Esses pontos explicitam a preocupação do jornalista com a postura elitista e, em alguns casos, evidencia o incômodo de Vlado a respeito da influência do Estado na determinação da programação jornalística da TV Cultura.

Em entrevista a Fernando Morais⁶ publicada no número zero do jornal **Aqui São Paulo**, Vlado deixou claro seu compromisso com a audiência:

Muita gente entra aqui pensando que pelo fato de não estar amarrada a patrocínio comercial, a TV Cultura permite fazer qualquer coisa. Como se a audiência pouco importasse. E traduzem nível cultural para "hermetismo", surgindo com ideias incríveis para a produção. Coisas assim no nível daquele filme de Resnais [...] que todo mundo assistia com a cara mais inteligente do mundo, e saía do cinema sem entender nada. Afinal, estamos gastando tempo e dinheiro produzindo programas para meia dúzia de amigos? Claro que não. (HERZOG, apud, MARKUN, 2005, p. 84).

Na época, para Fernando Pacheco Jordão o **Hora da Notícia** era um jornal pobre de recursos, mas combativo, provando que um bom telejornalismo é capaz de levantar os índices de audiência de uma emissora.

Até Vlado assumir, o **Hora da Notícia** sempre abria com alguma ação do governo e suas estatais. Quando abordava questões ligadas à vida das pessoas, eram temas em que a responsabilidade governamental era difusa [...] E geralmente as iniciativas oficiais eram apresentadas pelo ângulo mais positivo. O noticiário internacional se resumia a notas curtas. Apenas um assunto ganhava destaque maior. Mas se algum ministro ia para o exterior, a equipe da Cultura seguia atrás. (MARKUN, 2005, p.85).

⁶ Jornalista, político e escritor brasileiro. Sua obra literária é constituída por biografias e reportagens. Trabalhou nas redações de Veja, Jornal da Tarde, Folha de São Paulo, TV Cultura e portal IG.



As afirmações de Markun (2005) a respeito da posição estatal adotada na emissora contradizem o artigo 5º do próprio Estatuto da Fundação Padre Anchieta que diz “não poderá a Fundação utilizar, sob qualquer forma, a rádio e a televisão educativas, bem como quaisquer outros meios de comunicação multimídia: I - para fins político-partidários.” (ESTATUTO FPA, 2009, p.1).

Remontando à década de 70, na tentativa de reaproximar a emissora do caráter público, sob o comando de Vlado, o jornal **Hora da Notícia** passou a ser aberto com manchetes sobre assuntos de utilidade pública, sendo que, quando a notícia envolvia decisões oficiais, o enfoque era para suas consequências na vida das pessoas. (MARKUN, 2005, p.85).

Entre as sugestões para reformular a emissora, Vlado alinhava duas medidas urgentes. A primeira dizia respeito à criação de um Departamento de Publicidade e Promoção, integrado por profissionais de comprovada competência e que acreditassem no papel e nos objetivos da Fundação. O setor levaria informações a outros veículos (jornais, revistas) sobre a programação, estimulando e controlando a sua divulgação. Isso integraria as emissoras da Fundação no contexto dos "*mass media*" paulista e nacional, afastando assim uma das cortinas de sigilosidade que afastam a público. Como afirmava o próprio Herzog em seu projeto⁷: “Por que deixar de divulgar programas exclusivos, reportagens especiais? Nesse setor, deve-se investir seriamente em material humano. Do contrário, acabará como simples serviço de relações públicas”.

A segunda medida tratava da:

Busca de uma "nova imagem" junto ao público. Por defeito de origem, as emissoras da Fundação agridem o público a partir das próprias denominações. Nos Estados Unidos, o canal educativo é chamado "public television", denominação menos pomposa e agressiva do que "cultural" ou, o que é pior, "educativa". Mas, se o nome não pode ser mudado, a "imagem" certamente pode. A imagem é derivada da programação como um todo, isto é, é inútil querer "melhorar" este ou aquele programa. É preciso garantir uma média de qualidade e interesse, que reconquiste a confiança do telespectador quando gira o botão para o Canal 2. Ai, então, será preciso cuidar do problema do horário. Pouco adiantará inverter rios de dinheiro num programa, se este for lançado em horário infeliz. (HERZOG in MARKUN, 2005, p. 79).

O objetivo da nova política de programação era relacionar o conteúdo à realidade em que vivia a parcela de público que seria atingida em determinado horário e determinado programa.

⁷ Disponível em <http://www.vladimirherzog.org> Acesso em 30 de março de 2011.



Com base em seu projeto de trabalho, Vlado propôs, um mês antes de sua morte, algumas medidas concretas que seriam o primeiro passo para a consecução do objetivo final de reformular o telejornalismo da TV Cultura. Em um memorando encaminhado à Assessoria Administrativa da emissora, no dia 14 de setembro, ele propunha:

"Gostaríamos de ver adotadas as seguintes medidas antes de uma reprogramação definitiva:

A partir de outubro de 1975:

a) Cancelamento imediato do "Jornal da Manhã", por falta de condições minimamente satisfatórias de produção, o que nos impede de assumirmos plena responsabilidade pelo que vai ao ar neste horário.

b) Reexame urgente dos objetivos, conteúdo e horário do "Jornal Agrícola". Pelos mesmos motivos alegados no item A, tomamos a liberdade de sugerir a suspensão provisória do "Jornal Agrícola" enquanto se procede ao reexame proposto. (HERZOG in MARKUN, 2005, p. 80).

Esta parte da proposta foi aprovada e todas as sugestões foram aplicadas pela Direção da TV Cultura. Mas, mesmo assim, desde seu primeiro dia de trabalho, quando assumiu a direção do Jornalismo da Cultura, no dia 1º de setembro de 1975, Vlado passou a sofrer pressões permanentes.

Na semana de 20 a 25 de outubro (1975) a coisa começou a ficar mais pesada. O Weis teve que assumir porque ele estaria sendo procurado, o Markun chegou a ser preso... O Konder estava preso. Então o Vlado começou a ficar realmente muito aflito. (COSTA in LIMA, 2008, p.111).

Vlado tinha posições de esquerda, o que chocava frontalmente com a linha dura do regime que apertava o cerco contra a FPA. Em outubro de 1975, tendo se apresentado ao DOI-CODI (Departamento de Operações Internas), atendendo a uma intimação, o jornalista foi detido e torturado até a morte.

Conclusão

Diante do conteúdo exposto e, principalmente, das considerações propostas pelo jornalista para a TV Cultura paulista na década de 70, é possível observar a imprescindibilidade de uma emissora pública cunhada na responsabilidade e na ética jornalística e respaldada na preocupação com o público a que se dirige.

Constituída como fundação de direito privado, a Fundação Padre Anchieta deveria manter em relação ao governo estadual rígida independência, administrativa e



financeira. No decorrer do trabalho de pesquisa sobre a emissora, foi possível perceber que isso não ocorreu plenamente. Fica a nítida sensação de que, enquanto alguns profissionais competentes buscavam prestar à sociedade um eficiente serviço público de radiodifusão, o governo via a TV Cultura como canal de expansão de seus projetos político-eleitorais em um período de repressão e arbítrio.

Nesse sentido, as mudanças na linha de programação da emissora, propostas por Vladimir Herzog, embora não parecessem tão ousadas ou revolucionárias, poderiam ser consideradas pontos básicos sobre a verdadeira função da TV pública e sobre seu papel frente à sociedade.

Assim como Karam (1997) defendeu que os pressupostos morais e éticos em que se desdobra a atividade profissional dos jornalistas não podem estar submetidos à lógica do Estado, do interesse privado ou a critérios pessoais, Vlado também acreditava que a emissora do governo do Estado padecia de vários defeitos fundamentais, por isso era necessário implantar uma política de comunicação capaz, não só de divulgar os atos e intenções do governo, mas também a discussão dos mesmos.

O objetivo de suas considerações era construir uma consciência crítica no público em relação ao modelo oferecido, o que levou os órgãos de segurança da ditadura militar a investigar, prender e torturar o então Diretor de Telejornalismo da emissora, justificando que ele pertencia ao Partido Comunista. Assim, o jornalismo proposto por Vlado era um instrumento de lutas, mudanças, avanços sociais, conquistas populares e, compromissos éticos e foi, por isso, cruelmente sucumbido.



Referências

ANDRADE, João Batista de. **O percurso da televisão e do jornalismo nos anos 70.** Disponível em http://cincomeiasete.blogspot.com/2010_01_01_archive.html Acesso em 15 mai 2011.

BUSTAMANTE, Enrique. **Guia Alfabético das Comunicações de Massas**, Lisboa: Lexis, 1976.

CONSELHO CURADOR. **Estatuto Fundação Padre Anchieta.** Disponível em www2.tvcultura.com.br/fpa/institucional/estatuto-fpa.pdf Acesso em 13 mai 2011.

FILHO, Laurindo Leal. “**TV Pública.**” In: BUCCI, Eugênio (org.). **A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. **Atrás das câmeras: uma relação entre cultura, Estado e televisão.** São Paulo: Summus Editorial, 1988.

HERZOG, Vladimir. **Considerações sobre a TV Cultura**, in: MARKUN, Paulo. **Meu querido Vlado.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

KARAM, Francisco José. **Jornalismo, Ética e Liberdade.** São Paulo: Summus, 1997.

LIMA, Jorge da Cunha. **Uma história da TV Cultura.** São Paulo: Fundação Padre Anchieta, 2008.

MARKUN, Paulo. **Meu querido Vlado.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

_____. **Entrevista concedida a Jemima Bispo.** Juiz de Fora, 20 fev. 2011, via correio eletrônico.

PRIOLLI, Gabriel. **Entrevista concedida a Jemima Bispo.** Juiz de Fora, 07 abr. 2011, via correio eletrônico.

REY, Gérman. **O cenário móvel da televisão pública Alguns elementos do contexto.**In: RINCÓN, Omar (Org.). **Televisão Pública: do consumidor ao cidadão.** São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2002.

SCORSIM, Ericson Meister. **Delimitação conceitual das TVs estatal, pública e privada.** 2008. <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/delimitacao-conceitual-das-tvs-estatal-publica-e-privada>. Acesso em 25 fev. 2011.